



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **3001896-27.2013.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes**
 Requerente: **Christoffer Eric Marques**
 Requerido: **BANCO ITAÚ S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

DECIDO.

Trata-se de ação em que o autor alegou que contraiu dívida junto ao réu, sendo por isso inserido perante órgãos de proteção ao crédito.

Alegou ainda que passado algum tempo fez acordo com o réu para a quitação do débito em três pagamentos, dos quais realizou o primeiro.

Salientou que mesmo assim seu nome permaneceu negativado, de forma que almeja ao recebimento de indenização para ressarcimento dos danos morais que suportou.

Não assiste razão ao autor.

Com efeito, é incontroversa sua condição de devedor do réu, bem como que fez ajuste com o mesmo para saldar a dívida.

É incontroverso, outrossim, que o primeiro pagamento a que se obrigou o autor sucedeu em 01/11/2013 (fls. 03/04), mas ainda assim no dia 18 de novembro seu nome ainda permanecia negativado na SERASA (fls. 05/06).

Sustentou o réu em contestação que não teve responsabilidade pelo episódio, porquanto a demora para a baixa da inserção decorreu do tempo exigido pelo próprio sistema para fazê-lo.

Tal alegação é no mínimo verossímil.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Isso porque a decisão de fl. 07 foi exarada em 19 de novembro, tendo a correspondência pertinente sido encaminhada à SERASA no dia seguinte (fl. 11).

Ademais, a SERASA esclareceu em resposta que a aludida inscrição já não mais constava de seus arquivos (fl. 14), sendo certo que a versada nos autos fora excluída no dia 21 de novembro (cf. "Pendência(s) Bancária(s)" datada de 10/08/2012).

Percebe-se, pois, que a exclusão não derivou da decisão aqui proferida, mas seguramente da informação que o réu prestara sobre o pagamento parcial da dívida.

Esses aspectos já permitem entrever que o autor não faz jus à indenização postulada à míngua de mínima indicação concreta de que o réu tivesse então obrado de maneira desidiosa.

Como se não bastasse, o documento de fls. 14/15 evidencia que o autor ostenta inúmeras outras negativas além daquela tratada nos autos, anteriores e posteriores à mesma, que não foram impugnadas.

Tal circunstância inviabiliza o pedido a esse título consoante pacífica jurisprudência:

“Agravo Regimental no Recurso Especial. Inscrição em Cadastro de Proteção ao Crédito. Dano Moral não configurado. Devedor Contumaz. 1. Incabível o pagamento de indenização a título de dano moral quando já houver inscrição do nome do devedor em cadastro de proteção ao crédito. 2. Agravo desprovido.” (AgRg no REsp. 1046681/RS, rel. Min. **JOÃO OTÁVIO NORONHA**, 4ª Turma, j. 09/12/2008).

“Consumidor. Inscrição em Cadastro de Inadimplentes. Dano moral inexistente se o devedor já tem outras anotações regulares, como mau pagador. 1. Quem já é registrado como mau pagador não pode se sentir moralmente ofendido por mais de uma inscrição do nome como inadimplente em cadastros de proteção ao crédito; dano moral haverá se comprovado que as anotações anteriores foram realizadas sem prévia notificação do interessado. 2. Recurso especial não conhecido.” (REsp 1002985/RS, rel. Min. **ARI PARGENDLER**, 2ª Turma, j. 27/08/2008).

A Súmula nº 385 do Colendo Superior Tribunal de Justiça assentou esse entendimento ao dispor que *“da anotação irregular em cadastro de proteção ao crédito não cabe indenização por dano moral, quando preexistente legítima inscrição, ressalvado o direito ao cancelamento”*.

Como se vê, sob qualquer ângulo de análise a conclusão será sempre a mesma, vale dizer, que o pleito exordial não vinga por falta de lastro a sustentá-lo.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

Torno sem efeito a decisão de fl. 07.

P.R.I.

São Carlos, 07 de março de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**